

O DEBATE ACERCA DAS RELAÇÕES HOMEM-NATUREZA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: UMA ANÁLISE DA LITERATURA

Palavras-Chave: Modernidade, Relações Humanidade-Natureza, Transição do Feudalismo ao Capitalismo, Meio Ambiente.

Autores:

Allan Cavazzotti Lima – IE/UNICAMP
Prof. Dr. Eduardo B. Mariutti (orientador) – IE/UNICAMP

INTRODUÇÃO:

A transição do feudalismo ao capitalismo constitui um dos marcos históricos mais profundos e complexos da modernidade ocidental, cuja análise exige uma abordagem multidimensional que articule mudanças nas estruturas econômicas, nas relações de classe, nas formas políticas e nas concepções culturais da sociedade e da natureza. A partir da leitura histórica desenvolvida por Eric Hobsbawm, especialmente em *A Era das Revoluções*, e do balanço teórico realizado por Eduardo Mariutti sobre o debate marxiano, somado às contribuições críticas de Karl Polanyi e Rosa Luxemburgo, é possível compreender esse processo não apenas como uma transição econômica, mas como uma reconfiguração radical da vida social e da relação entre humanidade e meio ambiente.

Eric Hobsbawm (2004) situa a gênese do capitalismo moderno no entrelaçamento de duas grandes revoluções: a Revolução Francesa, que destruiu os fundamentos jurídicos e políticos do Antigo Regime, e a Revolução Industrial, que reestruturou a base material da sociedade europeia. A crise do sistema feudal manifestava-se em diferentes frentes: por um lado, a rigidez das estruturas senhoriais, baseadas em obrigações servis e na dominação extraeconômica, limitava o avanço das forças produtivas; por outro, a resistência camponesa e as mudanças demográficas, como a diminuição da mão de obra após a Peste Negra, fragilizavam a capacidade de reprodução do feudalismo. A partir da segunda metade do século XVIII, esses elementos convergiram em rupturas institucionais e tecnológicas que deram origem ao capitalismo industrial, fundado na propriedade privada, no trabalho assalariado e na liberdade contratual.

Essa transição, no entanto, não foi uniforme nem espontânea. Conforme ressalta Mariutti (2000), diferentes interpretações disputaram a centralidade dos fatores que impulsionaram a superação do feudalismo. Maurice Dobb argumentava que a transição resultou de contradições internas ao modo de produção feudal, especialmente da intensificação da exploração senhorial e da resistência camponesa que desorganizou a base social do sistema. Em oposição, Paul Sweezy atribuía o declínio do feudalismo à expansão do comércio de longa distância e à ascensão de uma burguesia urbana mercantil, cujas práticas pressionaram os vínculos feudais e promoveram formas de produção voltadas ao mercado. Robert Brenner (*apud* Mariutti, 2000) mostrou que essas interpretações refletem dois modelos marxianos distintos: um baseado no primado do desenvolvimento das forças produtivas, mais mecanicista, e outro centrado na luta de classes como motor da transformação histórica. Para Brenner, o segundo modelo oferece maior poder explicativo, ao reconhecer a centralidade dos conflitos de classe na dissolução do feudalismo e na construção das novas formas de exploração capitalista.

No entanto, compreender a transição apenas em termos econômicos ou de conflito de classes é insuficiente. A formação do capitalismo implicou também uma reordenação profunda das relações entre sociedade e natureza, um aspecto frequentemente negligenciado nas análises tradicionais. Karl Polanyi (2012) oferece uma crítica contundente a esse processo ao mostrar que a consolidação do capitalismo moderno se deu por meio da institucionalização de um mercado autorregulado, que transformou em mercadorias fictícias elementos fundamentais da vida social: o trabalho, o dinheiro e, sobretudo, a terra. A terra, para Polanyi, não é apenas um insumo produtivo: ela constitui o habitat humano, a base das comunidades e a condição da estabilidade ecológica. Sua mercantilização rompeu antigos vínculos sociais e ambientais, substituindo o uso comunal e as normas tradicionais de acesso aos recursos naturais por contratos de compra e venda mediados exclusivamente pelo mercado. Essa transformação não foi natural nem inevitável, mas imposta por meio de políticas estatais que criaram mercados nacionais unificados e dissolveram os particularismos feudais. Polanyi observa que essa nova “mentalidade de mercado” implicou uma mudança cultural profunda, em que a economia se autonomizou da sociedade e passou a determinar as formas de vida, minando a coesão social e destruindo os fundamentos ecológicos da existência humana.

Essa crítica é aprofundada por Rosa Luxemburgo, cuja análise da acumulação capitalista explicita o caráter expansivo e destrutivo do sistema. Luxemburgo (1984) sustenta que o capitalismo necessita, para manter sua lógica de reprodução ampliada, incorporar continuamente espaços não capitalistas — comunidades, territórios e ecossistemas ainda não submetidos ao mercado. A chamada acumulação primitiva, descrita por Marx como a separação violenta dos trabalhadores de seus meios de produção, não foi um evento pontual, mas uma prática recorrente e permanente. A expansão colonial, a pilhagem de recursos naturais, a imposição de formas de trabalho forçado e a destruição de modos de vida comunitários constituem, para Luxemburgo, expressões dessa necessidade estrutural do capital de avançar sobre o que ainda não foi mercantilizado. O processo de transição ao capitalismo, portanto, não se encerra na Europa moderna: ele se prolonga globalmente através do imperialismo, que transforma a terra, os corpos e as culturas em meios de valorização do capital.

A leitura conjunta de Polanyi e Luxemburgo revela que a transição do feudalismo ao capitalismo não significou apenas a substituição de um regime econômico por outro mais “eficiente”, mas a consolidação de um projeto histórico fundado na subordinação da vida à lógica da acumulação. A natureza deixou de ser um bem comum ou uma totalidade simbiótica para tornar-se um estoque de recursos a ser explorado. As terras comunais foram cercadas, os rios poluídos, as florestas devastadas. A conquista de novos territórios não só deslocou populações e destruiu culturas, mas comprometeu os equilíbrios ecológicos de diversas regiões do planeta. Essa dimensão ambiental da transição, hoje mais evidente diante das crises ecológicas globais, já estava presente nas críticas pioneiras desses autores.

Assim, a transição do feudalismo ao capitalismo deve ser entendida como um processo histórico total, marcado por conflitos de classe, transformações técnicas, revoluções políticas, imposições jurídicas e reconfigurações ambientais. Hobsbawm fornece a narrativa histórica da destruição do mundo feudal e do nascimento do capitalismo; Mariutti esclarece as tensões teóricas no interior do marxismo sobre as causas e dinâmicas desse processo; Polanyi denuncia a desintegração social provocada pela mercantilização da terra e da vida; e Luxemburgo expõe a face imperialista e ecocida da expansão capitalista. Juntos, esses autores revelam que o capitalismo, longe de ser uma etapa “natural” do progresso humano, foi construído sobre a expropriação, a violência e a destruição das formas de vida social e ambiental que o precederam e cuja superação segue sendo uma tarefa histórica e urgente.

METODOLOGIA:

A fim de realizar uma análise da literatura de diferentes autoras e autores que reflitam acerca das relações homem-natureza no modo de produção capitalista – destacando o papel do imaginário moderno na transformação destas relações – conduziu-se uma abrangente revisão bibliográfica.

Esta revisão foi realizada de forma sistemática, utilizando uma variedade de fontes de grande importância para o debate da transição do feudalismo ao capitalismo e acerca da modernidade, nos campos de História, Economia e Filosofia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O quadro a seguir sintetiza diferentes perspectivas epistemológicas sobre a modernidade, destacando suas implicações para a compreensão das relações entre humanidade e natureza. Ao contrastar o positivismo, o pós-modernismo e o perspectivismo, busca-se evidenciar os limites das abordagens clássicas e contemporâneas, bem como situar a proposta de Bruno Latour como uma alternativa crítica que rompe com a separação moderna entre natureza e sociedade, fundamento ideológico central do capitalismo.

Quadro 1 – Comparação entre as escolas de pensamento acerca da modernidade

Categoria	Positivismo (Ultramoderno)	Pós-modernismo	Perspectivismo
Visão sobre a realidade	Há um único mundo objetivo, regido por leis naturais.	Existem múltiplos mundos, frequentemente incomensuráveis entre si.	Existem múltiplas ontologias com possibilidade de tradução e convergência em contextos específicos.
Status da ciência	A ciência é a única forma legítima de acesso à verdade. O método científico é superior.	O conhecimento é sempre relativo à cultura. A ciência é uma entre várias formas de saber.	A ciência é uma ontologia entre outras. Seu valor depende do contexto e da experiência, sem pretensão de hegemonia.
Epistemologia	O conhecimento é produzido por representações objetivas da realidade.	O conhecimento é localizado e contextual. Não há critérios universais para avaliação entre culturas.	O conhecimento é situado e relacional. Resulta da interação entre diferentes sujeitos e mundos.
Ontologia	Há uma única natureza externa, comum a todos; as culturas são diferentes formas de representá-la.	Cada cultura habita um mundo próprio, com sua própria ontologia. A comunicação entre elas é inviável.	Cada sujeito habita um mundo próprio. A tradução entre ontologias é possível por meio da intersubjetividade.
Visão sobre a verdade	A verdade é absoluta e garantida pelo método científico.	Não há verdade universal. Toda verdade é construção social, relativa ao contexto cultural.	A verdade é pragmática: construída localmente em situações concretas de encontro entre diferentes mundos.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Mariutti (2023).

Dando continuidade à análise apresentada no quadro comparativo entre escolas de pensamento acerca da modernidade, a perspectiva proposta por Bruno Latour, especialmente em *Jamais fomos modernos*, insere-se de forma crítica ao modelo ontológico e epistemológico que sustentou o projeto da modernidade ocidental e, por extensão, o modo de produção capitalista. Latour rejeita tanto o universalismo epistemológico do positivismo quanto o relativismo fragmentário do pós-modernismo, propondo uma abordagem alternativa que rompe com a dicotomia moderna entre natureza e sociedade, fundamento ideológico central da separação homem-natureza promovida pelo capitalismo.

Segundo Latour (1991), a modernidade se constituiu por meio de uma operação paradoxal: ao mesmo tempo em que proclamava a separação radical entre natureza (domínio objetivo, regido

por leis físicas) e sociedade (domínio subjetivo, regido por convenções humanas), promovia incessantemente a hibridização entre esses domínios, criando redes sociotécnicas compostas por humanos e não humanos. Essa prática de *purificação*, a tentativa de manter separados os domínios da natureza e da cultura, é acompanhada por uma *tradução constante*, ou seja, pela criação de híbridos que tornam essa separação insustentável. A modernidade, portanto, não é um fato, mas um discurso performativo que oculta sua própria condição de possibilidade.

Essa crítica é particularmente relevante quando analisamos as relações entre humanidade e natureza no capitalismo. Como demonstrado por Polanyi (2012), a mercantilização da terra(mercadoria fictícia) depende da desumanização e da naturalização de espaços e seres vivos, transformando o habitat em recurso e a ecologia em capital. A “mentalidade de mercado”, como Polanyi descreve, só é possível a partir da dissociação moderna entre natureza e sociedade, um processo que Latour revela como politicamente construído, e não ontologicamente dado.

Do mesmo modo, a análise de Rosa Luxemburgo (1984) sobre a acumulação capitalista reforça a crítica de Latour ao projeto moderno. A lógica expansionista do capital pressupõe que a natureza é uma entidade externa e infinita, pronta para ser conquistada, explorada e integrada ao circuito do valor. Essa externalidade é uma ficção produzida pelo imaginário moderno, que despolitiza as relações ecológicas e justifica a apropriação violenta de territórios e populações. A separação natureza-sociedade, portanto, não é apenas uma construção teórica, mas uma infraestrutura ideológica que sustenta práticas imperialistas e ecocidas.

Latour propõe, em contraste, o reconhecimento das *redes híbridas* que constituem o mundo contemporâneo, em que humanos, tecnologias, organismos e instituições estão mutuamente implicados. Para ele, “jamais fomos modernos” porque nunca existiu, de fato, uma separação total entre os domínios naturais e sociais. O que houve foi a construção de uma narrativa que permitiu ao Ocidente legitimar sua dominação sobre o mundo, narrativa que se encontra hoje em crise diante das consequências ecológicas do capitalismo. Como aponta Latour (1991, p. 9), “a modernidade não é uma era, mas um modo de construção de mundos”, e esse modo está profundamente comprometido com a destruição da própria base material da existência.

Nesse sentido, o que está em jogo é mais do que uma crítica ao economicismo ou ao produtivismo: trata-se de repensar a própria ontologia sobre a qual o capitalismo foi erguido. Ao lado de Polanyi, Luxemburgo, Hobsbawm e Mariutti, Latour nos convida a superar o dualismo moderno e a reconhecer que natureza e sociedade são coextensivas, constituídas mutuamente em práticas históricas e políticas. Essa perspectiva não apenas amplia a crítica ao capitalismo, mas também aponta para a necessidade de reconstruir os fundamentos das relações entre humanidade e meio ambiente a partir de uma nova cosmopolítica, em que a Terra e seus agentes (humanos e não humanos) possam ser reconhecidos como sujeitos legítimos de decisão, coexistência e resistência.

CONCLUSÕES:

Em síntese, a transição do feudalismo ao capitalismo deve ser compreendida como um processo histórico complexo, que envolveu não apenas transformações econômicas e técnicas, mas também profundas reconfigurações nas relações sociais, políticas e ambientais. A partir das contribuições de Hobsbawm, Mariutti, Polanyi, Luxemburgo e Latour, torna-se evidente que essa transição não se limitou à superação de um modo de produção, mas representou a consolidação de um projeto moderno baseado na separação entre natureza e sociedade, na mercantilização da vida e na expansão contínua do capital. A crítica à modernidade, portanto, revela não apenas os fundamentos ideológicos do capitalismo, mas também os seus efeitos duradouros sobre os ecossistemas, os modos de vida e os imaginários coletivos. Compreender esse processo em sua totalidade é essencial para repensar as formas de coexistência entre humanidade e natureza em um contexto de múltiplas crises globais.

BIBLIOGRAFIA

HOBBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. Tradução de Maria Teresa Lopes Teixeira e Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Tradução de Luiz Alberto Moniz Bandeira. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas)

MARIUTTI, Eduardo Barros. *A transição do feudalismo ao capitalismo: um balanço do debate*. 2000. 200 f. Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1588304>. Acesso em: 16 mar. 2025.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Guerra ontológica e verdades pragmáticas. *Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia*, n. 67, p. 82–113, ago. 2023.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Tradução de Vera Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.